



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 21/06/2024 10:08:21.943 - CSPCCO

REQ n.208/2024

REQUERIMENTO N° , DE 2024

Requer moção de repúdio ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por razão de sua fala em que culpa as armas pela violência no Brasil e ofende àqueles cidadãos que as tenham adquirido de maneira legal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, RICD, ouvido o plenário, que seja registrado nos anais desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Moção de Repúdio ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por sua fala em que culpa as armas, de maneira generalizada e irresponsável, pela violência no Brasil, além de ofender àqueles cidadãos que as tenham adquirido de maneira legal, como pessoas não decentes e desonestas.

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente, tal ocorrência tem por finalidade manifestar o profundo descontentamento e revolta deste e de outros parlamentares desta Comissão, manifestando o amplo repúdio diante a atitude desonesta, caluniosa e inaceitável do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em que, conforme divulgado pela imprensa nacional¹, nesta quinta-feira (20), o presidente Lula declarou: "Quem comprou arma não é pessoa honesta e decente, é um problema sério que está ligado a muitas

¹<https://jornalrazao.com/geral/lula-culpa-armas-pela-violencia-no-brasil-quem-comprou-nao-e-pessoa-decente-e-honesta>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 21/06/2024 10:08:21.943 - CSPCCO

REQ n.208/2024

coisas, sobretudo ao crescimento do crime organizado. No caso mais recente, a liberação de armas, que quem comprou arma não é pessoa honesta e decente, que quer trabalhar, não. Muitos crimes, muitas organizações, sabe, criminosas, compraram armas à vontade, que todo mundo poderia comprar, todo mundo".

Pontua-se que, de maneira contrária às declarações do Presidente, Santa Catarina se destaca nacionalmente não apenas por suas baixas taxas de homicídios, mas também por ser o estado mais armado do Brasil. Segundo dados recentes, desde a flexibilização das regras para aquisição de armas pelo governo Bolsonaro em 2019, 82.955 novas armas foram registradas para Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs) no estado. Proporcionalmente, isso representa 1.130 armas para cada 100 mil habitantes, a maior taxa entre os estados brasileiros.

Neste sentido, o Atlas da Violência de 2024 revelou que Santa Catarina possui três das cinco cidades com as menores taxas de homicídios do Brasil. Jaraguá do Sul, Tubarão e Brusque, com taxas inferiores a 10 homicídios por 100 mil habitantes, mostram que o estado consegue combinar um alto índice de armas registradas com uma baixa taxa de homicídios. Isso coloca em evidência o debate sobre a relação entre posse de armas e segurança pública.

Logo, apesar das declarações do então Presidente, a realidade de Santa Catarina apresenta um cenário diferente. O aumento expressivo na quantidade de armas registradas por civis no estado desde 2019 não se refletiu em um aumento nas taxas de homicídios. Pelo contrário, Santa Catarina continua sendo um dos estados mais seguros do país. Em 2022, foram registrados apenas três homicídios em Jaraguá do Sul, quatro em Tubarão e seis em Brusque.

O caso de Santa Catarina prova que a posse de armas pode ser fator determinante para baixos índices de criminalidade, desafiando a narrativa de que mais armas necessariamente levam a mais violência. Além disso, em SC a segurança pública





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Apresentação: 21/06/2024 10:08:21.943 - CSPCCO

REQ n.208/2024

é resultado de uma combinação de fatores, incluindo políticas eficazes, integração das forças de segurança, investimentos em tecnologia e programas de prevenção.

Santa Catarina não só se destaca nacionalmente, mas também na comparação regional. Entre os estados do Sul do Brasil, é o menos violento. O Rio Grande do Sul e o Paraná possuem taxas de homicídios significativamente maiores, com 17,9 e aproximadamente 25 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente, em 2022.

Outrossim, pode-se afirmar que o cenário de apreensão de armas por autoridades policiais é composto quase que em sua totalidade por armamentos ilegais, refletindo o impacto significativo do tráfico de armas na criminalidade. Essas armas, frequentemente adquiridas sem registro e vendidas no mercado negro, são usadas em atividades ilícitas como assaltos, tráfico de drogas e homicídios. Nesse contexto, é crucial garantir ao cidadão de bem o direito ao porte legal de armas, proporcionando um meio de defesa pessoal e segurança.

A regulamentação e controle do porte legal de armas asseguram que indivíduos responsáveis possam proteger-se e suas famílias, ao mesmo tempo em que as autoridades focam em desmantelar redes criminosas e reduzir a circulação de armamentos ilegais. Dessa forma, equilibra-se a necessidade de segurança pessoal com o combate à violência armada ilícita, contribuindo para uma sociedade mais segura e justa.

Diante ao exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente requerimento e o devido reconhecimento público com a moção de repúdio

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2024.

DEPUTADO PAULO BILYNSKYJ

Deputado Federal (PL-SP)

